

Micarecandanga provoca crise também na Polícia Militar

Comandante briga com deputado por causa de prisão de policiais

SAMANTA SALLUM

Alan Marques / 8.2.95

Além de toda a polêmica criada sobre a violência e os lucros do evento, a Micarecandanga ainda conseguiu desencadear uma crise dentro da Polícia Militar do DF. Tudo começou porque dois policiais militares do 3º Batalhão da PM foram punidos por se recusarem a trabalhar desarmados durante a festa. Eles tiveram de passar a noite na prisão do quartel e só foram liberados depois do caso ter chegado aos ouvidos do governador Cristovam Buarque, que foi acionado pelo deputado João de Deus (PDT). A intervenção do parlamentar irritou o comandante do Batalhão, coronel Taboza, que ameaçou deixar o posto.

Cerca de 200 homens do Batalhão recebiam as instruções para fazerem a segurança da Micarê, na primeira noite da festa. Já prevendo o clima de tensão do evento, o sargento Osvaldo Evangelista de Oliveira, que tem 19 anos de serviço, e o soldado José Carlos da Silva questionaram a determinação de não levarem armas para fazer o policiamento. O sub-comandante do Batalhão, major Evandro, na mesma hora determinou ordem de prisão para os dois. Avisado do fato, o deputado João de Deus correu para o quartel, levando junto o assessor parlamentar do GDF, Waldomiro Diniz, como testemunha.

Invasão - As versões variam. O comandante do Batalhão, tenente-coronel Taboza, afirma que o deputado invadiu o quartel. "Essa é uma área de segurança. Aqui há presos visados como o José Carlos Alves dos Santos. O deputado passou por cima de minha autoridade para se meter em questões administrativas internas. O único civil que pode mandar aqui é o governador Cristovam Buarque", disparou o comandante.

Ele admite deixar o posto se fatos como esse se repetirem. "Naquela noite afirmei que, se João de Deus entrasse, eu passaria o posto. Não vai ser por causa da intervenção de um parlamentar que vamos burlar o regulamento".

João de Deus garante que, ao chegar, foi impedido de entrar, permanecendo na frente do Batalhão das 8h até às 3h.



João de Deus: "Tive que acionar o secretário e o governador"

"Não me deixaram entrar. Fiquei em pé na porta durante horas. Tive de acionar o secretário de Segurança e o governador para que soubessem da arbitrariedade que estava sendo cometida por esse comandante".

Superiores - O deputado conta que só conseguiu ter permissão para entrar no quartel depois que o comandante recebeu telefonemas de superiores. "Apenas no fim da madrugada, consegui entrar e os policiais foram liberados. O governador me disse que, se fosse preciso, iria lá resolver o problema pessoalmente", garante ele.

O coronel Taboza explica que a punição dada aos dois policiais está de acordo com as normas da corporação. "Os policiais se recusaram a cumprir

uma ordem. Foram indisciplinados. Nosso regulamento prevê isso. Além do mais, eles têm meios para se defenderem. Tiveram o direito de chamar um advogado da Associação de Cabos e Soldados para assistir seus depoimentos".

Dois promotores da Auditoria Militar do DF também foram chamados ao Batalhão para acompanhar o problema. Segundo João de Deus, eles se posicionaram favoráveis ao comandante e ainda ameaçaram os policiais presos. Revoltado com o comportamento dos promotores, o deputado enviou ofício ao Procurador do Ministério Público do DF, Humberto Ulhôa, solicitando providências. O caso também está sendo investigado pela Corregedoria da PM.